

Maria Helena Souza Patto (Organizadora)
Sylvia Leser de Mello
Sidney K. Shine
Luiz Mena
Luís Antônio Gomes Lima
Belinda Mandelbaum

Heliana de Barros Conde Rodrigues
José Leon Crochik
Conrado Ramos
Odair Sass
Reinaldo Furlan

Formação de psicólogos e relações de poder

sobre a miséria da psicologia



**Casa do
Psicólogo®**

Sumário

Introdução	9
1 Psicologia da violência ou violência da Psicologia?	17
Referências.....	21
2 Avaliando a avaliação psicológica	23
Objetivo	23
O que é avaliação psicológica?.....	23
Avaliação psicológica forense	29
Contexto da pesquisa. Um recorte.....	37
Avaliando a avaliação psicológica em contexto forense.....	43
Conclusões.....	46
Referências.....	56
3 Devemos ler Evaristo de Moraes?	63
Notas sobre <i>criminalidade da infância e da adolescência</i>	
O texto.....	64
A forma	70
O contexto	73
Considerações finais	77
Referências.....	79

4	Ascensão e queda da infância	81
	Um estudo sobre a concepção de criança na psicanálise de Durval Marcondes e seus impactos na Psicologia brasileira	
	O Serviço de Higiene Mental Escolar e os primórdios da intervenção e da pesquisa dirigida à infância.....	82
	A infância e a psique: novos focos de exercício do poder.....	96
	Referências.....	105
5	Sobre famílias: estrutura, história e dinâmica	107
	Referências.....	116
6	Sobre um parágrafo de Michel Foucault: resposta a muitas questões?	117
	Introdução	117
	Uma questão-multiplicidade	118
	Uma multiplicidade de questões.....	120
	Dossiê de uma polêmica	121
	Política e discursos científicos	127
	Considerações finais	134
	Referências.....	136
7	Pedindo socorro à parede	137
	Referências.....	152
8	Tirando a venda dos espertos	153
	Reflexões sobre a formação de psicólogos em tempos de cinismo	
	Referências.....	171

9 Crítica do Direito: a perspectiva da Psicologia Social ...	173
Direito, indivíduo e cultura na sociedade administrada	174
Crítica do Direito e Psicologia Social	179
Apontamentos sobre Psicologia e Direito Penal	188
Referências.....	201
10 Uma experiência filosófica de um curso de Psicologia...	203
Introdução	203
A pergunta que me faço com frequência é: qual é o sentido de um curso de Filosofia para alunos de Psicologia?	205
Algumas considerações mais gerais ou conceituais	208
A materialidade de nossas relações na universidade	211
À guisa de conclusão	217
Referências.....	220

INTRODUÇÃO

Em 2008, os jornais noticiaram mais uma manifestação da barbárie que permeia a vida cotidiana no mundo atual: dois meninos foram assassinados pelo pai e pela madrasta, depois de devolvidos ao convívio familiar pelo Conselho Tutelar com base no laudo de um psicólogo. Este acontecimento disparou a redação imediata do texto que abre esta coletânea — *Psicologia da violência ou violência da Psicologia?* Enviado a colegas docentes de vários estados do país e aos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, esse grito de alerta rapidamente provocou respostas. De colegas, muitas, todas de apoio e preocupação; dos Conselhos, um eloquente silêncio.

Os textos reunidos nesta coletânea tiveram origens diversas: são conteúdos de mensagens que nos foram enviadas e que, pela relevância das considerações, foram, a nosso convite, transformados em textos; são escritos que, embora anteriormente publicados ou aguardando publicação, vinham a calhar; são ensaios especialmente elaborados para esta publicação. Todos eles, cada um a seu modo, trazem contribuições robustas e imprescindíveis à reflexão e/ou à denúncia de um estado de coisas profissional que não quer e não pode calar.

Avaliando a avaliação psicológica é uma reflexão sobre os laudos psicológicos em processos judiciais, sobretudo em Vara de Família, tema que o autor vem pesquisando desde a sua dissertação de mestrado, defendida em 2002, até sua tese de doutorado, *Andando no fio da navalha. Riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a Justiça* (2009), ambas diretamente relacionadas com o fato que motivou a presente coletânea. Além de importantes

apontamentos conceituais, o autor indica os perigos que rondam psicólogos incautos que atuam em instituições judiciárias sem conhecer a lógica que as estrutura. O texto baseia-se em pesquisa documental de casos de queixas formalizadas no Conselho Regional de Psicologia — 06 contra psicólogos que emitiram laudos, quase todos em processos em Vara de Família e envolvendo disputas familiares pela posse de filhos. Dos 31 casos analisados, quer encerrados na fase inicial de Procedimento Disciplinar Ético, quer na fase seguinte, de Processo Ético, 64% (20 casos) foram absolvidos ou arquivados e 25,7% (8 casos) foram considerados deficitários e seus autores receberam alguma punição que não chegou, em nenhum dos casos, ao impedimento do exercício da profissão. É importante ressaltar os parâmetros usados pelo Conselho de Ética para julgar os laudos questionados: respeitar as regras do discurso científico (as regras da lógica formal) e da prática científica (não fazer afirmações sobre pessoas não avaliadas) ou, nas palavras de Shine, “as regras do discurso científico dominante com suas características de clareza, inteligibilidade, precisão e objetividade, assim como respeito à resolução do CFP 07/2003 que trata do *Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas*.” Esta é, a meu ver, a principal contribuição deste artigo: divulgar a natureza dos critérios oficiais adotados para julgar a propriedade dos laudos sob suspeita e assim permitir que percebamos que esses critérios se pautam por uma concepção de Ciência há muito tempo polêmica quando se trata das ciências humanas. Concepção que naturaliza os homens e sua história e que já foi objeto de crítica de filósofos da ciência brasileiros e estrangeiros que se debruçaram, com postura *crítica*, sobre a história moderna das ideias.

Nesta altura, deve ser aberto um parêntese: antes que algum equivocado tente destruir levemente o que acabo de dizer, valendo-se de um comentário que ouço com frequência a respeito de psicólogos que fazem a crítica de teorias e práticas presentes no campo da Psicologia — “mas eles não contribuem, só criticam...” —, quero registrar duas coisas. Em primeiro lugar, o conceito de crítica no sentido materialista histórico e dialético tão bem formulado por José de Souza Martins:

Não empregamos esta noção no seu sentido vulgar de recusa de uma modalidade de conhecimento em nome de outra. O objetivo, ao contrário é situar o conhecimento, ir à sua raiz, definir os seus compromissos sociais e históricos, localizar a perspectiva que o construiu, descobrir a maneira de pensar e interpretar a vida social da classe que apresenta esse conhecimento como universal. Podemos, assim, entender a linguagem, das diferentes classes, essa linguagem que se oculta sob a

forma de perspectiva e de maneira de pensar, que define os limites de expressão coletiva de classes. A perspectiva crítica pode, por isso, ultrapassar ao invés de simplesmente recusar, descobrir toda a amplitude que se acanha limitadoramente sob determinados conceitos, sistemas de conhecimento ou métodos (1977, p. 2).

Em segundo lugar, que crítica é práxis, é atividade humana real, efetiva e transformadora, como tão bem resumiu Paulo Freire quando, em *Pedagogia do Oprimido*, assinalou que “toda denúncia contém um anúncio”. Basta querer ouvir o anúncio, o que é difícil, sobretudo para quem quer manuais de instrução ou receitas a serem seguidas mecanicamente na atividade profissional. A crítica presente nos escritos aqui reunidos é contra uma psicologia que não pensa e que trata o outro como objeto. O que eles fazem é propor, de diferentes perspectivas, uma psicologia solidamente ancorada em uma reflexão teoricamente sustentada e que considere o outro como sujeito de múltiplas determinações, não como coisa a ser mensurada. Isto posto, voltemos aos textos.

O laudo psicológico, no caso em tela, contém um viés preconceituoso a respeito do comportamento de duas crianças pertencentes a um segmento de classe que, desde os primórdios oitocentistas das ciências sociais e humanas, é visto de forma negativa: são “primitivos”, portadores de “taras” físicas e psíquicas, intelectualmente “incapazes”, constitucionalmente “predispostos ao crime e à loucura”, “agressivos”, “desordeiros”, “imorais”, “perigosos” etc. Em *Devemos ler Evaristo de Moraes?*, Luiz Mena — psicólogo e psicanalista atualmente radicado na Bahia, lugar de nascimento do racismo científico à brasileira que impregnou o imaginário das elites baianas e se disseminou pelo país — vem para nos lembrar de que a origem da atenção de juristas ao problema das crianças e adolescentes em conflito com a lei está apoiada em uma visão extremamente negativa delas e de suas famílias. No início do século XX, explicações organicistas naturalizavam, a partir da Faculdade de Medicina da Bahia, condições subjetivas que não podem ser entendidas sem se levar em conta a estrutura econômica, social e política do país, culpavam as vítimas de condições de vida inaceitáveis e geradas no âmago de uma sociedade profundamente desigual e as penalizavam individualmente. Concepção superada no discurso político oficial, mas ainda presente nas linhas e entrelinhas do discurso de profissionais — seja de psiquiatras que recomendam lobotomias para resolver o problema social da violência, seja de psicólogos que emitem laudos sobre alunos com dificuldades de escolarização que chegam à conclusão diagnóstica de que se trata de uma criança portadora de “personalidade primitiva” — e no cerne do imaginário social e individual; concepção supera-

da, mas ainda presente em uma psicologia que não tem nem mesmo o nível de uma ciência positiva, pois está ancorada em opiniões, estereótipos e preconceitos do mais absoluto senso comum; concepção que invadiu as várias áreas da Psicologia nascente e contaminou a própria concepção de infância, como bem mostra Luis Antonio Gomes Lima em *Ascensão e queda da infância*, resumo de sua tese de doutorado sobre a participação na Psicologia do Desenvolvimento e na Psicanálise de Durval Marcondes de noções que orientaram o movimento higienista, noções que, no começo do século XX brasileiro, tomaram de assalto a educação escolar com a criação do Serviço de Higiene Mental Escolar e das Clínicas de Orientação Infantil que atuavam na rede pública de ensino fundamental; perspectiva a partir da qual se entendeu a infância como patologia, sobretudo quando se tratava de crianças das classes populares, supostamente povoadas de pais portadores de patologias mentais e de toda a sorte de imoralidades que os tornavam negligentes.

Daí a importância dos estudos sobre a família, esta instituição nodal na modernidade, mas ela também tão mal entendida por uma pseudopsicologia feita de crenças indevidamente elevadas à condição de saber e que a concebem abstratamente como instituição desvinculada das condições materiais que estruturam a vida social a cada momento da história e reduzida à natureza biopsíquica de seus componentes, no melhor estilo da ideologia burguesa. A culpabilização ou, com frequência, a demonização das famílias jogadas no fundo do horror da vida que lhes é possível em uma sociedade marcada pela exploração violenta do trabalho atinge sua expressão mais explícita na mídia sensacionalista e a mais sutil em laudos profissionais forjados nos moldes de concepções ideológicas que não pertencem ao campo de um saber que esclarece, mas de um conhecimento que mistifica e que, por isso mesmo, é um poderoso instrumento de domínio. *Sobre famílias: estrutura, história e dinâmica* é reflexão sobre um fato: salvo exceções, a família, assim como as demais instituições sociais, comparece nos cursos de formação de psicólogos e em boa parte do discurso da própria Psicologia não como “campo de intersecção entre o real e o psíquico, uma tessitura (...) que sofre a determinação de uma história sócio-cultural na qual se estabelece e que a atravessa, ao mesmo tempo em que é constituída na interação afetiva entre os membros”, mas como “realidade natural, sagrada, eterna, moral e pedagógica” que tem como modelo a família nuclear idealizada nas representações coletivas marcadas pelo modo capitalista de pensar. É esta a contribuição de Belinda Mandelbaum, psicóloga social que traz para dentro de seus cursos e de seus escritos a Filosofia Política e que se volta para a família como instituição sócio-histórica plural e sempre complexa em suas múltiplas determinações — na contramão, portanto, do simplismo e dos chavões biologizantes e moralistas que podem

ser ouvidos em alto e bom som ou em surdina em pareceres de psicólogos e de outros profissionais, sobretudo quando se trata de diagnosticar os que não têm poder a opor ao poder dos especialistas.

O caso trazido por Heliana de Barros Conde Rodrigues, psicóloga social à frente de estudos imprescindíveis na intersecção da Psicologia com a História, é prova incontestada da presença do biologismo oitocentista na produção acadêmica atual, ou de mais um surto “neo-organicista” de clara função disciplinadora em um momento de reinvenção da barbárie como meio de acumulação do capital. Para relatar um caso de relação nítida entre o discurso científico e a prática política, ela lança mão de “óculos dirigidos para fora” e de uma “caixa de ferramentas” foucaultiana para analisar um caso que é prova indiscutível de permanência no campo científico do discurso de Evaristo de Moraes e de seus mestres da virada do século XIX, como um vinho antigo em garrafa nova. No caso de nosso jurista da Primeira República, os óculos estão embaçados pela ideologia; no caso dos cientistas da PUC-RS e da UFRS, que em 2007 se propuseram a pesquisar os determinantes do comportamento de menores infratores a partir de uma pergunta — É sua história de vida ou há algo físico no cérebro, levando-os à agressividade? — e valendo-se da análise do DNA — uma reedição do organicismo para fins de naturalização das relações do poder. Heliana de Barros Conde Rodrigues não pensa em termos maniqueístas de uma política certa e soberana, de um lado, e uma política errada, de outro: “encaminhamo-nos, sim, a uma política que diríamos crítica: aquela que se propõe a refletir sobre (e a intervir nas) condições de existência, inserção e funcionamento dos discursos científicos, com as quais a prática política mantém, conforme julgamos ter explicitado, relações muito diretas.” Reflexão que, como regra, inexistente, muito provavelmente, na maioria dos cursos de formação de psicólogos disseminados pelo país.

Os dois textos seguintes têm o mesmo objetivo e, partindo do caso que motivou a organização deste conjunto de textos, trazem à tona os males da Psicologia e da formação de psicólogos.

Pedindo socorro à parede contou com a coautoria de José Leon Crochík para que, a partir da teoria crítica de sociedade da Escola de Frankfurt, fosse possível pensar o discurso científico oficial em suas relações com a política, as instituições sociais, o indivíduo e a subjetividade na sociedade administrada contemporânea. No centro da análise, o individualismo frio incrustado em tantas dimensões da sociedade administrada, como a instrumentalidade da ciência, da educação, da formação profissional e das profissões, individualismo e frieza que fazem parte da barbárie crescente e de suas formas, entre as quais está a educação, nos sentidos amplo e restrito da palavra, como pseudoformação que resulta na formação de psicopatas, de indivíduos amo-

rais, sem limites quando se trata de atingir seus propósitos de satisfação do desejo de controle sobre os outros. Dizendo de outro modo, é uma educação que, ao naturalizar os interesses do Estado capitalista e sua lógica, contribui para a formação de “aves de rapina”. Afirmações incômodas, mas essenciais, que precisam ser levadas em conta pelos responsáveis por cursos de Psicologia dominados pelo tecnicismo e pela ausência de condições necessárias à formação dos estudantes. Uma pesquisa que investigasse a formação teórica de docentes, de supervisores de estágios e de profissionais de psicologia que fazem psicodiagnósticos e psicoterapias pelo país afora certamente traria resultados constrangedores.

Em *Tirando a venda dos espertos: reflexões sobre a formação de psicólogos em tempos de cinismo*, Conrado Ramos — autor de *A dominação do corpo no mundo administrado*, obra indispensável a este debate — não poupa o leitor da dureza de suas análises e de suas conclusões desconcertantes. A este respeito, sua intenção é clara: “Nosso objetivo é trazer à tona o mal-estar que se quer ocultar nesse assunto, não de modo a imobilizar nossos destinatários, mas sim para que um nível de angústia possa levar à reflexão e, quiçá, a algum ato transformador.” No centro da mira, os cursos de Psicologia das IES (Instituições de Ensino Superior), empresas que vendem produtos que certamente não são o ensino ou a educação, mas “maquinário para a produção massificada de alunos”. Em outras palavras, quando o ensino é mercadoria, os professores são balconistas e os alunos são consumidores exigentes na cobrança de seu direito de não estudar, o que se vende mesmo é um diploma, o que só engrossa estatísticas mentirosas sobre a porcentagem da população brasileira com nível universitário superior e ilude seus possuidores quanto à aquisição de um passaporte poderoso para o mundo do sucesso pessoal. No centro da reflexão, o exame do cinismo da subjetividade contemporânea, apontado por tantos pensadores da contemporaneidade — entre os quais Zizek, Lacan e os frankfurtianos —, cinismo largo e fundo que encontra sua expressão perfeita nos empresários da pseudoformação e nos profissionais deformados por eles produzidos. Por isso, o autor dispara: “qualquer curso de psicologia digno desse nome deveria, minimamente, mostrar o lado obscuro disso tudo.” Como Conrado costuma afirmar, os responsáveis pelos males da Psicologia não são os que refletem sobre este estado de coisas e o denunciam, mas os que calam e aderem a ele, muitas vezes, com argumentos corporativistas indefensáveis.

Fechando a coletânea, dois textos. No primeiro, *Crítica do Direito: a perspectiva da Psicologia Social*, Odair Sass, psicólogo social voltado para a história da Psicologia, para a dimensão política do conhecimento por ela produzido e

defensor intransigente da tomada, pelos órgãos orientadores do exercício da profissão (CFP e CRPs), de medidas que orientem o exercício da profissão de modo que se levem em conta, nas avaliações e laudos, não só os fatores subjetivos ou “intrapésquicos”, mas também as condições objetivas implicadas no sofrimento das pessoas nas mais variadas instituições e situações sociais. Sem isso, os psicólogos continuarão a operar uma redução ideológica benéfica à manutenção do que aí está. Nesse ensaio, Sass quer ampliar a relação da Psicologia com o Direito para além da atividade profissional dos psicólogos como profissionais auxiliares de decisões jurídicas. A contribuição mais ampla preconizada por ele assume a forma de subsídio à reflexão sobre temas candentes como a imputação individual da pena, que é feita à custa da desconsideração das condições sociais da existência do indivíduo na sociedade administrada, e toda a discussão em curso sobre a idade para a maioria penal. Para isso, ele se vale de teorias e pesquisas que há muito sublinham a importância da Psicologia Social no espírito das leis que definem os delitos e as penas. Este é o caso dos argumentos que visam recuperar as justificativas do polémico sociólogo brasileiro Oliveira Vianna acerca da importância de incluir a Psicologia Social nas questões relativas ao Direito; a repor a crítica de George Mead, psicólogo social estadunidense, à psicologia da justiça punitiva e a crítica dos filósofos frankfurtanos, embora de perspectivas teóricas e políticas distintas. Dos autores da Escola de Frankfurt, há de se destacar que não só desvelaram a barbárie instalada nos desvãos de uma sociedade massificadora, mas também insistiram na importância da Psicologia e da Sociologia no campo do Direito, uma vez que “as ciências humanas também dominam o terreno que a ciência do Direito acredita ser seu, visto que a Psicologia e a Sociologia contam com muito mais dados do que jamais tenha pretendido conhecer o perito em Direito”.

No segundo, *Uma experiência filosófica de um curso de Psicologia*, Reinaldo Furlan registra reflexões melancólicas e provocadoras de um professor de Filosofia profundamente interessado na Psicologia, mas preso na malha da lógica que preside os cursos de formação de psicólogos. Ao fazê-lo, resume as contribuições dos textos anteriores e fecha a coletânea com rara sensibilidade às questões inerentes à Psicologia como ciência e profissão e aos cursos que formam os especialistas nesta área, formação que ocorre em instituições de ensino superior que, pela forma e conteúdo do ensino e das relações institucionais, estão produzindo “órfãos de pensamento”, nutridos que são por um “empirismo bárbaro”, e submetendo jovens a uma socialização perversa em um momento histórico em que a cotidianidade é feita de individualismo, competição, violência e cinismo, “inclusive na universidade”. Sobre o sentido da Filosofia nos cursos de Psicologia, ele recorre a pensadores como Nietzsche,

Merleau-Ponty, Foucault e Deleuze, com os quais dialoga não só para refletir sobre o pensamento como “exercício radical de tentativa de elaboração do sentido da vida”, mas também para trazer a experiência e a sensibilidade de volta aos espaços em que domina a mistificação, a estereotipia e a mineralização da relação com a vida e com os outros, relação que é a própria essência de uma profissão “que assume por definição a responsabilidade específica sobre o caminho do outro”. Contra a estagnação do pensamento como repetição do mesmo e como aquilo que não se abre mais à experiência e à diferença, um antídoto: o potencial desmistificador, desestabilizador e até mesmo demolidor da Filosofia. Sem ela, não temos como “alcançar uma percepção mais adequada de nós mesmos, do que sentimos e somos enquanto sujeitos históricos”, essência da Crítica entendida como uso “das armas do pensamento a favor da vida”.

Mas, afinal, não seria este o papel da Psicologia em uma civilização de profundo mal-estar — na sociedade da “mais-repressão”, para usar expressão cunhada por Marcuse? Em caso positivo, não há como negar a importância da Filosofia e das ciências humanas para a construção do saber desta ciência inevitavelmente complexa e para a formação de psicólogos, sejam eles estudantes, docentes, pesquisadores ou profissionais voltados para o atendimento de indivíduos, grupos ou instituições. Quando se trata dessas atividades, a técnica deve vir acompanhada da crítica, e não substituí-la; deve ser crítica, e não cega. Sem os fundamentos teóricos que possibilitem a crítica, o técnico não percebe os males que causa.

Uma frase talvez traduza a mensagem de algum modo transmitida por todos os textos aqui reunidos: “Que os tecnicistas nos perdoem, mas a Crítica é fundamental.”

Maria Helena Souza Patto

São Paulo, junho de 2011.

1 Psicologia da violência ou violência da Psicologia?

Sylvia Leser de Mello e
Maria Helena Souza Patto¹

A morte violenta de crianças pelas mãos de seus familiares está se tornando comum, assim como o abandono de bebês recém-nascidos nas ruas, em terrenos baldios, em latas de lixo. O que podemos concluir a partir dessas trágicas notícias que os jornais nos trazem todos os dias? O que leva adultos a praticarem atos como esses?

Tudo indica que a dificuldade de pensar sobre esses acontecimentos não é apenas de leigos. Há todo um conjunto de instituições sociais dedicadas à solução de problemas da infância e da juventude em dificuldades com a família que, via de regra, também não sabe entender esses casos nem agir do modo mais adequado, como acontece com os Conselhos Tutelares e os técnicos que emitem laudos que subsidiam decisões das quais depende a garantia dos direitos dessas crianças e jovens.

No último dia 7 de setembro de 2008, a imprensa divulgou mais um desses casos. Dois irmãos, de 12 e 13 anos de idade, foram, dois dias antes,

¹ Docentes do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e autoras, respectivamente, de *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo* (1988) e *Mutações do cativoiro. Escritos de Psicologia e Política* (2000).

brutalmente assassinados pelo pai e pela madrasta em um município da Grande São Paulo. Depois de nove meses internados em um abrigo por determinação do Conselho Tutelar, que acatou denúncias de maus-tratos, eles foram devolvidos à família quatro meses antes do crime, apesar de seu desejo expresso de continuar no abrigo. Poucos dias antes de sua morte, foram encontrados pela polícia vagando pelas ruas, quando teriam informado que haviam sido expulsos de casa pela madrasta. Levados ao Conselho Tutelar, teriam sido novamente devolvidos à família. Dois dias mais tarde, estavam mortos, esquartejados e queimados pelo casal, que certamente não é monstruoso, como nos quer fazer crer uma imprensa sensacionalista, autoritária e insensível ao drama humano subjacente a esses casos, mas composto de duas pessoas que, de algum modo, foram mutiladas por experiências de vida brutais e que, desamparadas em seu sofrimento, reproduzem os atos bárbaros de que certamente foram vítimas.

A saída do abrigo e a volta para casa em maio daquele ano foram decisões baseadas em pareceres de uma equipe de profissionais, entre os quais o de uma psicóloga. Em passagem do laudo divulgada pela imprensa (e não contestada pelos responsáveis), os dois meninos são apresentados como pessoas que “manipulam a realidade para conseguir vantagens.” Ou seja, em termos tão altissonantes quanto arbitrários e vagos (o que será “manipular a realidade?”), uma profissional, de quem se esperava uma formação que a preparasse para entender a complexidade e a gravidade de uma dinâmica familiar como esta e para ouvir os envolvidos atenta e comprometidamente com o direito de todos de serem cuidados pelo Estado, limitou-se a conclusões sobre o caráter das crianças. Embora com palavras pomposas que querem infundir credibilidade à avaliação, o laudo, na verdade, diagnostica-as como mentirosas, desonestas, dissimuladas. Mais uma vez, estamos diante de um fato nada raro em laudos psicológicos: a mera reprodução de estereótipos e de preconceitos de classe e a ratificação do que estava decidido de antemão — mandar as crianças de volta para casa.

Esta maneira de agir é um fato frequente em laudos psicológicos encontrados em instituições jurídicas e escolares, embora há muito estudada e denunciada na literatura especializada. Pesquisas já mostraram à exaustão a precariedade do processo e do produto de práticas diagnósticas realizadas por psicólogos: nos arquivos escolares, por exemplo, são frequentes os laudos que culpam as crianças que não conseguem se escolarizar em uma escola pública sabidamente falida com afirmações que são verdadeiros disparates: “criança com personalidade primitiva”, “o aluno apresenta dificuldades com a realidade do meio, com predomínio da vida instintiva”, “criança portadora de certa

deficiência no que diz respeito à aprendizagem e criação de símbolos gráficos desconhecidos.” Asneiras que seriam cômicas se não fossem trágicas, dado o poder que têm de estigmatizar e de justificar desigualdades sociais ao reduzi-las a deficiências individuais. Ou seja, a maioria dos psicólogos acredita, porque há concepções da própria Psicologia que estão fundadas nesta crença, que estão em uma sociedade em que oportunidades sociais são iguais, mas as capacidades individuais são diferentes: há aptos e inaptos, capazes e incapazes, superiores e inferiores — em resumo, vencedores e perdedores. Não por acaso, o segundo termo desses pares é usado para qualificar a maioria dos explorados, dos excluídos de direitos e dos destituídos de poder. Diante desse quadro, há uma afirmação de Albert Einstein que pode ser um bom ponto de partida para um debate teórico: “os problemas que existem no mundo não podem ser resolvidos a partir dos modos de raciocínio que lhes deram origem”.

O que certamente encanta muitos desses profissionais mal formados intelectual e profissionalmente é o poder de dizer sobre o íntimo das pessoas que lhes é socialmente outorgado e considerado o único discurso competente para esse fim. Inebriados por essa autorização, muitos deles sentem-se livres para dizer o que bem entendem, certos da impunidade. Essa suposta competência indiscutível advém da crença de que as ciências humanas produzem conhecimentos acima de qualquer suspeita, garantidos por métodos de pesquisa que se dizem objetivos e neutros. Poder que, para não ser questionado, não pode ouvir a crítica filosófica quanto ao conceito hegemônico de cientificidade e não pode admitir que, em uma sociedade dividida, há concepções geradas pela Psicologia que têm em seu cerne compromissos políticos conservadores — ou seja, que participam das relações de poder ao justificarem a exploração e a desigualdade inerentes ao modo de produção em vigor.²

A crítica filosoficamente fundamentada de teorias da Psicologia que não passam de ideologia — de concepções e práticas que encobrem e justificam as mazelas de uma sociedade desigual, injusta e violenta — é antiga, mas está ausente em grande parte dos cursos superiores de formação de psicólogos que, muitas vezes, e cada vez mais, limitam-se ao fornecimento de algumas receitas de técnicas de avaliação psicológica e de psicoterapia, sem qualquer atenção para com uma formação intelectual dos psicólogos que lhes permita pensar o próprio pensamento da Psicologia que lhes é ensinada.

Formar não é ensinar a seguir instruções de manuais de aplicação de instrumentos de medida da psique ou a atender clientes com base em concep-

² Sobre as questões epistemológicas e éticas das ciências humanas em suas relações com a coisificação das pessoas, veja Leopoldo e Silva (1997). Sobre a quantificação e a classificação das capacidades psíquicas, veja Schwarcz (1997) e Patto (1997).

ções da psique fundamentadas no mais absoluto senso comum. No entanto, essa limitação do entendimento de o que é formação, que já estava presente na própria criação da Psicologia na virada do século XIX e nos primeiros cursos de preparação de psicólogos, ampliou-se com o crescimento, no Brasil, de uma rede de instituições de ensino universitário que não passam de empresas que vendem cursos de Psicologia objetivando o lucro, sem levar em conta a responsabilidade presente na outorga de diplomas a profissionais treinados para dizer arbitrariedades e absurdos como se estivessem afirmando verdades acima de qualquer suspeita.

Estamos diante de um quadro gravíssimo e inaceitável, não só porque há psicólogos vitimando pessoas, mas também porque a credibilidade de um saber e de uma profissão que contam com excelentes pesquisadores e profissionais, capazes de contribuir para a construção da cidadania, está ameaçada.³ Está mais que na hora de o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia tomarem três medidas: cobrar das autoridades educacionais uma avaliação rigorosa dos cursos de Psicologia que proliferaram no país; instaurar e coordenar uma profunda e duradoura discussão nacional sobre a formação de psicólogos; e discutir formas de impedir o exercício da profissão por quem não está preparado para isso.

Um profissional cujo trabalho é realizado no âmbito de uma instituição que o coloca no âmbito de sentimentos tumultuados inerentes aos dramas familiares não pode, em momento algum, deixar de ter presentes os dilemas maiores da profissão. Trabalhar com juízes, peritos, crianças e famílias às voltas com a justiça exige não só uma formação teórica à altura dos desafios que o psicólogo vai enfrentar, mas também reflexão, sensibilidade ética e atenção redobrada às pessoas envolvidas e às propostas oficiais para a solução de seus problemas.

Sem o entendimento rigoroso e bem fundamentado daquilo que se passa na subjetividade e nas relações intersubjetivas numa sociedade concreta e sem a consciência da imensa responsabilidade de suas práticas, esses profissionais podem lesar direitos fundamentais dos indivíduos e, no limite, colaborar para a negação de seu direito à vida. Um psicólogo que não desenvolver a capacidade de refletir sobre a ciência que pratica — ou seja, de refletir sobre a dimensão epistemológica e ética do conhecimento que ela produz e que ele reproduz — certamente soma, insciente, com o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura, atitudes e condutas que, segundo Adorno (1995, p. 117), são constitutivas da barbárie.⁴

³ Na contramão dessa Psicologia que considera as pessoas como coisas, veja Gonçalves Filho (1998).
⁴ Sobre a participação da Psicologia na violência das instituições penais, veja Foucault (1996).

■ REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: um problema político em Psicologia. In: *Psicologia USP*. São Paulo, v. 9, n. 2, 1998. p. 11-67.
- LEOPOLDO E SILVA, F. Psicologia e razão instrumental. In: *Psicologia USP*. São Paulo, v. 8, n. 1, 1997. p. 11-31.
- PATTO, M. H. S. Para uma crítica da razão psicométrica. In: *Psicologia USP*. São Paulo, v.8, n. 1, p. 47-62.
- SCHWARCZ, L. M. Dos males da medida. In: *Psicologia USP*. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 33-45.

7 Pedindo socorro à parede

José Leon Crochík
Maria Helena Souza Patto¹

Simão Bacamarte era frio como um diagnóstico.

Machado de Assis, *O Alienista*.

A reflexão sobre o que, como regra, acontece quando um psicólogo ou um psiquiatra emite um laudo para subsidiar decisões judiciais sobre o destino de pessoas sob a responsabilidade do Estado, requer, antes de mais nada, que sublinhemos um aspecto da sociedade atual: ela faculta a indiferença generalizada dos indivíduos pelas consequências de seus atos. Por sua vez, a aplicação de medidas jurídicas restritivas nem sempre depende da legalidade ou da ilegalidade do ato cometido nem de seus resultados sobre os direitos de outrem. Tudo indica que as leis, regras e normas racionais, muitas vezes, não são levadas em conta quando se trata de tomar uma posição diante de um crime de lesa-humanidade ou de lesa-cidadania. É comum um silêncio cúmplice diante do crime, da delinquência, do abuso de poder que, embora legalmente

¹ Docentes do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

considerados como tais, nem sempre são objeto de medidas que os impeçam, pois caem no terreno do medo, da indiferença, do comodismo e até mesmo do corporativismo profissional e de classe social que calam quem deveria se pronunciar e tomar as medidas cabíveis em defesa dos direitos humanos. Nesse contexto, quem denuncia um crime sabe de antemão que será tratado como um estrangeiro suspeito, quando não como um inimigo declarado. Geralmente, só há mobilização quando a vítima é alguém muito próximo dos mobilizados; caso contrário, tudo se passa como se só importasse o que fere os interesses e os valores que movimentam o mundinho de cada um.

Essa indiferença tem como base a dificuldade de sensibilizar-se com o sofrimento dos outros. Na ausência de identificação, na impossibilidade de, valendo-nos de uma expressão de Agnes Heller, “fazer com o outro um *nós*”, é impossível evitar o golpe que será desfechado contra as vítimas e mobilizar apoio a quem precisa de socorro. A este respeito, vejamos uma passagem da reflexão de Adorno sobre o chão social propício à germinação da semente da barbárie.

Em sua configuração atual (...) a sociedade não repousa em atração, em simpatia, como se supôs ideologicamente desde Aristóteles, mas na perseguição dos próprios interesses frente aos interesses dos demais. Isto se sedimentou de modo muito mais profundo no caráter das pessoas. (...) A incapacidade de identificação foi sem dúvida a condição psicológica mais importante que tornou possível algo como Auschwitz em meio a pessoas mais ou menos civilizadas e inofensivas. O que geralmente se designa como ‘participação oportunista’ foi, acima de tudo, interesse prático: percepção, antes de mais nada, da vantagem própria e da conveniência de não dar com a língua nos dentes para não se prejudicar. Esta é uma lei geral do existente. O silêncio sob o terror era apenas consequência disso. A frieza da mônada social e do concorrente isolado foi, sob a forma de indiferença frente ao destino do outro, o pressuposto para que apenas alguns raros se mobilizassem (ADORNO, 1995, p. 134).

A sociedade atual, repleta de regras que não impedem, mas, antes, propiciam a barbárie, persegue, com arbitrariedade assustadora, os mais fracos. A persecutoriedade em nossa época não é mais apenas um grave distúrbio psíquico. Tempos atrás, poder-se-ia considerar persecutório o medo de ser atingido dentro de casa por uma bala perdida. Hoje, não mais. Tempos atrás, poder-se-ia tomar como delírio a suposição de que, em uma sociedade formalmente democrática, um inocente pudesse ser condenado à prisão ou à morte. Hoje, não mais. Para evidenciar o fato, não é preciso enumerar casos

de inocentes encarcerados: basta ler *O Processo*, de Franz Kafka, ou *O Estrangeiro*, de Albert Camus, para saber que não se trata de mera ficção, mas de expressões literárias de situações reais e corriqueiras que compõem a máscara terrível do mundo atual que contém um individualismo indiferente e frio diante da crueldade e de suas consequências. E a perseguição de inocentes atinge em cheio os que não têm poder econômico e sociocultural a opor ao poder do discurso competente de um profissional-cientista que legitima decisões sobre seus destinos a partir dos resultados de avaliações psicológicas que os identifica como “homens inferiores”, ou seja, como homens desumanos.

Se a identificação com o outro é definida por Freud como um vínculo libidinal, amoroso, o resultado de sua ausência pode não ser a falta de afeto, mas uma forma de expressão dele, quase sempre manifestada como crueldade. Em *O mal-estar na cultura*, o criador da Psicanálise se refere à existência de um substrato orgânico que facilita esta substituição: a “repressão orgânica”, imposta pela própria evolução, do interesse pelo corpo nas relações entre os homens em geral e entre homens e mulheres, em particular, quando o olfato deixou de ser um elemento de atração para se tornar um elemento de repulsa nessas relações, substituído que foi pela visão na passagem dos ancestrais do homem para a posição corporal vertical (FREUD, 1986). Ou seja, esta transformação da pulsão contém e mantém a ambivalência: a negação do desejo, como a Psicanálise mostrou, não resulta em seu abandono, mas em sua transformação.

Por outro lado, a crueldade é inerente à forma de dominação técnica e científica da natureza e dos homens contida no projeto iluminista. Segundo filósofos da Escola de Frankfurt, a proposta de escapar do jugo natural por intermédio da racionalidade instrumental teve como contraface o jugo social, que se torna mais amplo e profundo quanto mais se desenvolvem, aprofundam-se e universalizam-se mecanismos de administração da vida objetiva e subjetiva. O que se esperava que resultasse em liberdade se tornou contraditoriamente opressão. Não se pode negar a importância da ciência e da técnica como forças produtivas; no entanto, incapazes de construir um mundo livre, elas fortalecem o já existente. No centro da reflexão frankfurtiana, a transformação do sonho da ideologia burguesa de liberdade em opressão é resultado da redução do objeto e do método das ciências humanas ao objeto e ao método das ciências naturais, que repôs a racionalidade instrumental com nova forma, com o objetivo de controlar a natureza e os homens em nome de uma concepção de progresso, ao mesmo tempo, libertador e regressivo.

Fundadas na *ratio* da lógica formal, a ciência e a tecnologia se aplicam ao que é captado e imobilizado por procedimentos rituais que buscam a repetição, a homogeneidade. No entanto, o que se repete não tem vida. Por

isso, o método científico dominante, que tem como base a lógica formal, não passa, segundo Horkheimer e Adorno (1985), de mimese da morte. No campo das ciências humanas, o que o olhar voraz do cientista e do técnico busca em sua presa é o que se fixou, o que não tem mais autonomia. Reduzido à lógica da identidade, esse "olhar fatal" quer abolir a distinção entre sujeito e objeto e não percebe o que não é repetitivo. Em outras palavras, na lógica da identidade, é o primado do sujeito que vigora na relação entre sujeito e objeto do conhecimento, prioridade esta que reduz o objeto à impessoalidade ao despi-lo de qualquer sinal de vida. A essência do dogmatismo é exatamente esta identidade entre a concepção teórica do objeto e a resignação deste às categorias teóricas. Nesta identificação, reside a cegueira ao que não está predefinido pelo pensamento. O sujeito do conhecimento se esquece de que ele próprio é determinado por condições sociais concretas que o transcendem. A identidade entre os procedimentos técnicos e o objeto, como apreendido por esses procedimentos, também submete o que quer que seja ao que o sujeito do conhecimento deseja que ele seja. Em ambos os casos, o olhar que produz o que é idêntico não difere do olhar e do apetite da "fera sanguinolenta". Nos dois casos, trata-se de observar atentamente a repetição dos movimentos da presa e reduzir o que existe aos desejos/necessidades do predador. Neste terreno epistemológico, paixão e frieza podem marcar um encontro: a paixão pela destruição subjaz à frieza técnica e científica.

No estudo "A personalidade autoritária", um dos tipos descritos por Adorno et al. (1965) — o manipulador — tem prazer em dominar pela técnica tudo e todos a seu redor. Nesse terreno, as pessoas e ele próprio são transformados em coisas a dominar. Ele continua a ter paixão, mas não mais por seres vivos. Segundo afirmação do próprio Adorno, este tipo de personalidade ama as máquinas. É assim que, na mais extrema frieza, encontra-se a paixão. Não só por isso, mas também por isso, pode-se dizer que a técnica não é neutra. Em uma sociedade desigual, os que têm poder se apropriam dela. Mas a técnica também recusa, como vimos, a possibilidade de identificação, uma vez que o interesse genuíno pelo outro como sujeito de direitos sucumbe à neutralidade técnica. Por isso, a defesa cega da ciência e da técnica é uma atitude política reacionária.

No caso em tela, uma psicóloga foi convocada para subsidiar a decisão de um Conselho Tutelar sobre a devolução à família de dois irmãos que estavam provisoriamente sob sua guarda, porque eram maltratados pelos que deveriam se responsabilizar por seus direitos de crianças e adolescentes. No entanto, é fundamental destacar que o laudo emitido pela especialista em questão não se baseou nem mesmo em procedimentos científicos e técnicos como os descritos acima. O parecer dado não passa de um simulacro dos diag-

nósticos presentes em laudos realizados de acordo com a ciência e a técnica de uma psicologia instrumental. Quando afirma que, ao se recusarem a voltar para a família (e eles o faziam porque, na realidade, sabiam da crueldade enlouquecida que os esperava), os dois meninos estariam “manipulando a realidade para obter vantagens” — isto é, seriam dois espertos que tentavam convencer a autoridade científica de não devolvê-los à família porque preferiam a vida fácil que levavam no abrigo — quando chega a esta conclusão, a psicóloga está imbuída de duas concepções de infância/criança presentes nos cursos de formação de psicólogos: uma concepção de infância como uma etapa da ontogênese na qual, em plena civilização, manifestam-se remanescentes da ancestralidade selvagem do Homem; e uma concepção preconceituosa das capacidades e da personalidade das crianças pertencentes a segmentos mais empobrecidos das classes populares, muitas vezes, negras ou mestiças.

Segundo uma pesquisa recente (LIMA, 2009), o entendimento de infância apontado acima estrutura as concepções do médico e psicanalista Durval Marcondes sobre as dificuldades de aprendizagem e de bom rendimento escolar e suas propostas saneadoras dessas dificuldades. Fundador do Serviço de Higiene Mental Escolar na rede de escolas primárias da Secretaria de Educação do Município de São Paulo em 1938, Marcondes marcou forte presença tanto na formação de professores e “psicologistas” como no cotidiano escolar nos anos 30, 40 e 50.² As análises realizadas revelaram que, entre as condições psíquicas consideradas por Marcondes como desfavoráveis à aprendizagem e ao ajustamento escolar dos alunos enviados às Clínicas de Orientação Infantil do Serviço, estavam a apatia, a conduta perturbadora da rotina da sala de aula, a instabilidade, as dificuldades de linguagem, a fantasia excessiva, a mentira, a timidez, a desobediência, a rebeldia e outras manifestações de indisciplina — ou seja, manifestações típicas das crianças colocadas no registro da doença, o que fazia da Psicanálise peça importante do aparato destinado ao controle dos indivíduos pela normatização da infância. Mais ainda: quando aplicada por Marcondes aos alunos provenientes das camadas populares, esta concepção de infância agravava a atribuição de culpa às crianças e às famílias, pois nestas circunstâncias os pais eram considerados negligentes. E por negligência paterna ele entendia a rejeição dos filhos manifesta no desinteresse em escolarizá-los, na ausência de práticas educativas disciplinares e estimuladoras do desenvolvimento intelectual e na permissão para que permanecessem na rua. Nos anos 40, Durval Marcondes ainda participava das concepções sobre as famílias pobres que vigoraram desde a virada do século XIX e das quais, na

² Veja em Luis Antonio Gomes Lima, “Ascensão e queda da infância”, nesta coletânea, uma síntese desta pesquisa.

segunda década do século XX, Evaristo de Moraes, jurista da Primeira República brasileira, foi porta-voz em seu livro sobre a criminalidade na infância e na adolescência.³ Apesar de os estereótipos e preconceitos existentes com relação às famílias dos segmentos sociais mais empobrecidos já terem sido discutidos e questionados em estudos internacionais e nacionais (veja, por exemplo, Leser de Mello, 1992), é visível que eles persistem entre psicólogos e constituem as lentes pelas quais eles veem os usuários dos serviços públicos de educação e de reeducação. Para provar isso, não é preciso muito: basta ler alguns laudos psicológicos que entulham arquivos nas Delegacias Regionais de Ensino da capital paulista.

Informado, ao mesmo tempo, por estereótipos e preconceitos a respeito da infância e da infância nas classes subalternas, o olhar da psicóloga capturou os dois meninos como delinquentes reais ou potenciais. Mas nesse caso a infração foi cometida pela especialista. Escudada por sua condição supostamente inquestionável de cientista, ela se sentiu autorizada a nem mesmo se dispor ao rigor exigido de um especialista e exerceu de modo irresponsável, prepotente e caricatural a frieza decorrente de sua incapacidade de identificação com o drama destes jovens. Com isso, não queremos dizer que a frieza também não estaria presente em um laudo feito de acordo com os pressupostos e as técnicas da cientificidade, pois estes também podem levar às consequências funestas dos pareceres que vitimam.

Nas diversas vertentes técnico-científicas da Psicologia, a relação entre o profissional e o cliente é mediada pela técnica que, longe de ser neutra, faz do "cliente" um depositário de pressupostos que informam a ação do psicólogo e de outros profissionais. Certamente, a responsabilidade última por este estado de coisas não é da Psicologia, tomada isoladamente, mas de uma sociedade que transforma a psique em mercadoria e faz do psicólogo seu mercador.

Um médico se vale de conhecimentos e procedimentos para auxiliar o paciente a combater a doença. No entanto, da forma como isso ocorre, o corpo se torna objeto de manipulação que nos reduz a objetos sem vida. Nessas circunstâncias, a expressão 'ordem médica' não é exagerada como denúncia da desapropriação do corpo que atinge o paciente. O psicólogo manipula o comportamento com seus instrumentos, mesmo quando este instrumento é a palavra. Quando se lê ou se ouve um psicólogo que se orienta por alguma teoria psicológica, é difícil não ter a impressão de que o sujeito que ele tem diante de si foi reduzido ao objeto que a teoria quer que ele seja. Retornamos, assim, à lógica da identidade, à redução do objeto e do método das ciências

³ Sobre este livro, veja Lulz Fernando B. Mena, "Devemos ler Evaristo de Moraes?," nesta coletânea.

do homem ao objeto e ao método das ciências físicas que faz do homem um objeto que precisa ser imobilizado para ser passível de mensuração e/ou manipulação. E isso vale para todas as técnicas psicológicas de diagnóstico e de tratamento, inclusive a dos psicólogos que afirmam que não têm técnica, pois consideram que “cada caso é um caso”.

Se em nossa época o espírito se tornou objeto de especialistas convertido em mercadoria que eles devem adaptar àquilo que o sistema solicita ou exige, então o saber psicológico também é objetivado e se converte em mercadoria. Que o saber do psicólogo se transforme em mercadoria não é difícil de entender, mas que seu objeto — o cliente — a quem esta mercadoria é vendida também o seja é uma questão que não se presta a simplificações. Pois bem, se os conflitos psicodinâmicos refletem as contradições sociais e se a psicoterapia quer resolvê-los, Adorno propõe, nesse sentido, uma questão imprescindível à reflexão sobre a formação de psicólogos:

O triunfo do ego é o triunfo da cegueira particularista. Esta é a base da falsidade objetiva de toda psicoterapia, a qual incita o terapeuta à fraude. Ao assemelhar-se à totalidade alienada, o curado estará muito mais doente, o que não quer dizer que aquele que não foi curado seja por isso mais são.⁴

Dizendo o mesmo com outras palavras, o paciente é considerado curado quando estiver adaptado à sociedade que o adoeceu. Assim sendo, o trabalho do psicoterapeuta, ao desenvolver no cliente habilidades, valores e atitudes exigidos no mundo do trabalho alienado, contribui para que ele tenha mais valor no mercado de trabalho. Se assim é, a psicoterapia só ajuda o trabalhador a se aprimorar para o trabalho e para o exercício da cidadania nos estreitos limites da sobrevivência impostos pelo sistema. A consciência do sofrimento que algumas intervenções pretendem induzir no paciente pode levá-lo a pensar que ele é o responsável por esse sofrimento. Para que isso não aconteça, é preciso que o psicólogo tenha uma formação sociológica que lhe permita perceber que a dor de seu cliente é real, pois é socialmente produzida. A psicodinâmica de neuróticos e psicóticos tem uma dupla dimensão: é sofrimento pessoal e produção social. Adorno (1986) argumenta que a neurose própria de cada época é historicamente determinada, porque é a sociedade,

⁴ No original, “Der Triumph des Ichs ist einer der Verblendung [palavra que significa cegueira, mas também desvario, obsessão] durchs Partikulare. Das ist der Grund der objektiven Unwahrheit aller Psychotherapie, welche die Therapeuten zum Schwindel animiert. Indem der Geheilte dem irren [alienado, mas também demente, enlouquecido] Ganzen sich anähnelt, wird er erst recht krank, ohne das doch der, dem die Heilung misslingt, darum gesünder wäre” (ADORNO, 1955, p. 57).

em cada momento histórico, que leva os indivíduos à regressão de que ela necessita. O exercício de determinadas profissões pede os ritos repetitivos do obsessivo; o desempenho de outras requer a exibição/sedução da histeria. A adaptação social é propícia ao narcisista, uma vez que a fragilidade do eu precisa desesperadamente de aprovação e se submete a qualquer autoridade. Em uma época que demanda a flexibilização das ocupações e o narcisismo, em uma época que tem como características o sacrifício da consciência e a profundidade do pensamento reduzida à do espelho d'água, estas farão parte da constituição dos individualistas polivalentes que sabem tudo superficialmente e não se aprofundam em nada. Mas, se o sofrimento individual tem origem na sociedade, que seleciona as características individuais necessárias para sua reprodução, entender que o adoecimento psíquico tem como único ou principal determinante o indivíduo, desconsiderando a esfera social, é ser cúmplice da fabricação social do adoecimento. No entanto, também seria cumplicidade com esta produção social não levar em conta que a ciência, entendida como o conhecimento que se atém aos fatos e que precisa imobilizar seu objeto de estudo para pesquisá-lo, não está acima desta sociedade, mas dentro dela e, portanto, tem coerência conceitual e técnica com ela. Assim sendo, é preciso ter cuidado para que não se incorra na imputação individual da psicóloga por seu ato danoso. Esta profissional é produto e, como tal, reprodutora de uma sociedade na qual os valores humanistas estão sendo substituídos por um relativismo de características inéditas.⁵ O que estamos querendo dizer é que, embora responsável pelo parecer que redigiu — e por isso deveria ser interpelada pelos órgãos oficiais que cuidam do exercício da profissão —, não se pode simplesmente imputar a ela a barbárie que ajudou a perpetrar.

Não levar em conta as determinações estruturais subjacentes à forma dominante da subjetividade atual seria somar com a lógica perversa que a orientou e que estamos colocando em foco. A psicóloga que emitiu este laudo opinativo é portadora dos valores, estereótipos e preconceitos hegemônicos que a formação familiar e escolar que recebeu, inclusive na instituição de ensino superior na qual se formou psicóloga, além de não conseguir abalar, auxiliou a consolidar. Por isso, não se pode prescindir de considerações sobre a relação entre a barbárie atual e as transformações ocorridas na família

⁵ Uma recente propaganda de uma instituição bancária que anuncia um atendimento personalizado aos clientes tinha como mote uma afirmação que exprime com todas as letras essa relativização dos valores que domina o mundo atual: "Quando criou a teoria da relatividade, Einstein não disse que tudo é relativo. Devia. O que é perfeito para um, poder ser castigo para outro. Sublime pode ser o Davi de Michelangelo ou uma pizza de muzarella. Perfeito é o que você precisa, na hora que você precisa. Ou antes. Perfeito é o que é perfeito para mim." Ora, no bojo desta concepção instrumental de perfeição, pode-se facilmente concluir que uma arma na mão de um assaltante é sublime, pois ele a tem no momento exato em que precisa para realizar seu objetivo.

e na escola como instituições educativas em um momento em que o capital sem pátria promove uma desigualdade mundial inédita que faz com que, no mundo atual, milhões de pessoas sejam permanentemente ameaçadas ou atingidas por uma modalidade de desemprego que não é mera expressão de uma crise econômica, pois não é conjuntural.

Socialização radical, alienação radical: eis o que nos dizem Horkheimer e Adorno (1985) a partir da análise de Ulisses, personagem da Odisséia de Homero. A formação burguesa leva, quando bem-sucedida, à solidão. Ao falar do início da vida escolar, Adorno argumenta que, no primeiro dia de aula, são oferecidas guloseimas aos recém-chegados para atenuar a frieza existente na escola, que se somou à família, antes espaço de afeto e agora a caminho de se transformar também em espaço de alienação. Mais que isso, segundo Freud (1943), querer ter filhos é gostar da vida, mas, como ele sabia, a cultura contemporânea não dá muitos motivos para que se goste dela. Os pais tendem, cada vez mais, a exercer seus papéis com a mesma exterioridade com que exercem os demais, e esta exterioridade não inclui apenas a distância com relação aos filhos, mas outras duas dimensões: a tendência dos próprios pais a não deixarem de ser filhos e a dificuldade dos filhos para 'quebrar' o isolamento do casal. Eros está ameaçado de não mais se expandir e se limitar à sexualidade compulsiva que age desesperadamente na negação do sofrimento existente.

Certamente, a família detém a possibilidade de afeto, de uma relação de troca que pode escapar da lógica da troca de equivalentes instalada no coração da contemporaneidade. Mas, à medida que a regra de ouro do capitalismo invade todas as dimensões da vida social, são cada vez maiores as dificuldades objetivas e subjetivas daqueles a quem cabe educar para o respeito aos princípios democráticos. Conforme diversas agências sociais, sobretudo a escola, a mídia e a internet vão substituindo a família como instituição de socialização primária, os pais vão perdendo a autoridade requerida por sua função formadora, perda agravada em momentos da economia que dispensam provisória ou definitivamente o trabalho de parcelas significativas da população adulta; substituição que os impede de exercer as funções de provedores e protetores dos filhos e que, assim, contribui para o declínio da autoridade parental.

Em recente debate televisivo a propósito do crescimento da intolerância e da violência entre jovens de classe média, o psicanalista Joel Birman, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mencionou alguns determinantes desta situação. Em primeiro lugar, a falta crescente de reconhecimento social destes jovens que, sem a potência dos jovens dos anos 60, têm mais dificuldades de afirmação aos olhos da sociedade. Nesta situação, resta-lhes

aderir ao modelo da força física, tendência generalizada na sociedade atual e disseminada pela indústria cultural, e escolher bodes expiatórios fracos como depositários de suas fraquezas e dúvidas quanto à própria identidade. É assim que se desenvolve a cultura corporal sob a forma de mercadoria à disposição no mercado de serviços oferecidos por academias de condicionamento físico e congêneres que vendem uma formação *high tech* do corpo como simulacro do corpo poderoso. Por outro lado, ainda de acordo com Birman, estes jovens, por uma série de circunstâncias, ganharam mais liberdade, mas perderam os limites. No entanto, a partir da reflexão de Marcuse (1981) sobre a liberdade, pensamos que eles teriam adquirido uma falsa liberdade, pois, se não há limites, não há liberdade possível. Dizendo de outro modo, é preciso enfatizar a importância dos limites como recurso educativo primordial, sem os quais não é possível sequer pensar e, além disso, a liberdade se torna sinônimo de destrutividade. Não se pode esquecer que, no fim da década de 20, Freud (1986) já percebera que uma parte dos indivíduos não desenvolvia a consciência moral, o que indica que esse fenômeno não é novo, embora tenha se fortalecido ao longo do século XX.

A perda de limites tem relação, segundo Birman, com o que acontece com os pais: os jovens predadores de hoje remetem a pais também predadores, como comprovado por um caso recente ocorrido no Rio de Janeiro, no qual um jovem que andava de skate dentro de um túnel interditado para o tráfego de veículos foi atropelado e morto por um carro em alta velocidade dirigido por um jovem de classe média alta. Logo depois do acontecido, o pai do atropelado teria subornado a polícia para isentar o filho da responsabilidade da qual o próprio pai certamente sabia que também era responsável.

Segundo Joel Birman, à medida que os pais não conseguem mais exercer o papel paterno, delegam-no à escola; esta, por sua vez, não dá conta desta função e delega-a a psicólogos e psicanalistas, que também não têm este poder. Resta apelar ao poder judiciário. Estamos diante do que ele chama de uma "judicialização" da autoridade. Espera-se que juízes e outras instâncias do aparelho judiciário se encarreguem de impor limites à violência dos jovens. No entanto, pensamos que cabem aqui duas observações: 1) quando o enfraquecimento da autoridade torna o poder cada vez mais abstrato, a disciplina, a civilidade, o respeito pelos direitos do outro não aumentam; 2) a "judicialização" poderia indicar uma tentativa de apelar para decisões e julgamentos civilizados quando a família e a escola são atingidas cada vez mais pela barbárie; tentativa que pode se concretizar ou não. No caso da decisão do Conselho Tutelar de devolver os dois meninos à responsabilidade de pais que já haviam se mostrado despreparados para exercer essa função, os representantes do

Estado, que deveriam proteger as crianças da violência doméstica, acabaram perpetuando o ciclo da barbárie. Daí, a importância dada por Birman à disponibilização de espaços para os pais que desejarem discutir a educação familiar. Embora concordemos que espaços de diálogo são importantes para combater a violência, é imprescindível, no entanto, que nesses espaços se tome o cuidado de não reduzir um problema que tem determinações sociais a questões meramente interpessoais.

A escola, por sua vez, é uma instituição que representa a sociedade e insere o educando e sua família na lógica social em vigor. No entanto, seus objetivos proclamados civilizadores pela disseminação do conhecimento científico e formadores da personalidade para o exercício da cidadania não estão presentes nas relações cotidianas que se estabelecem entre educadores e alunos, seja porque os primeiros submetem e humilham os segundos (o que se torna mais verdadeiro conforme a clientela que provém de favelas e de bairros onde se concentram trabalhadores explorados desempregados ou subempregados), seja porque os segundos fazem o mesmo com os primeiros (o que é mais frequente nas escolas cuja clientela provém predominantemente de segmentos de classe média alta que detêm o poder econômico e o opõem ao poder do educador). O individualismo, a violência e a frieza generalizados são um indício claro de que algo não vai bem com o projeto iluminista de formação para a autonomia do pensamento e o respeito pelo outro como detentor de direitos. Quando a disciplina é assumida por instituições como os Conselhos Tutelares e pelo aparato repressivo, algo de preocupante está ocorrendo com a família e a escola como instituições socializadoras.

O Estado tem dado prioridade à criação de instituições disciplinares para “menores infratores” ou a políticas educacionais que vêm transformando as escolas públicas em verdadeiras instituições encarregadas do “recolhimento provisório de menores” que trancafiam crianças e jovens pobres durante o maior tempo possível em prédios que mais parecem prisões, com o objetivo preventivo confesso de tirá-los da rua (como se a causa da criminalidade estivesse nesse espaço) e de exercer maior controle sobre eles, não sem a colaboração da polícia. A expropriação da família e da escola de parte considerável de seu papel formativo e a atribuição deste papel a instituições disciplinares estatais expõem mais diretamente o indivíduo à tutela do Estado como ente protetor, frio, que toma para si a função educativa parental e escolar. Os profissionais liberais disputam com o Estado a tutela do indivíduo, também permeada pela frieza, desta feita, profissional, e, assim, de um modo ou de outro, o que predomina é a “ditadura da técnica”. Não se trata de negar a existência de pais sem condições objetivas e/ou subjetivas de se responsa-

bilizarem pela criação dos filhos ou de ao menos tratá-los com respeito, nem de ignorar a situação atual de instituições escolares que não sabem como enfrentar a violência que as invade e que, muitas vezes, é gerada por elas próprias. Trata-se de considerar as consequências nefastas da tese segundo a qual, diante da falência da família, outras instituições sociais são mais adequadas à formação de crianças e jovens, sobretudo quando estas instituições são máquinas de tortura que transformam miséria em violência e criminalidade, como é o caso do sistema penitenciário e da FEBEM, recentemente rebatizada eufemisticamente de Fundação Casa, onde psicólogos e outros profissionais estão sempre de prontidão para responsabilizar as vítimas da violência social da qual estas instituições fazem parte.

A educação que forma os que se opõem aos crimes de lesa-cidadania e de lesa-humanidade se baseia na reflexão, na experiência do pensamento como busca de entendimento das determinações estruturais objetivas do estado de coisas vigente e do qual somos participantes ativos. Esta é a concepção de Adorno de educação como formação, sem a qual não podemos entender a frieza, inclusive a nossa. Mas há um outro aspecto da reflexão adorniana sobre a educação contra a barbárie que não podemos dispensar quando refletimos sobre a escalada da violência multiforme e sem freio no mundo atual e que pode encontrar expressão sutil em laudos oniscientes e onipotentes. Ao definir a frieza como a incapacidade de identificação, que está nos fundamentos de uma nova escalada da barbárie, ele adverte:

Não me entendam mal. Não quero pregar o amor. Penso que sua pregação é vã, ninguém teria inclusive o direito de pregá-lo, porque a deficiência de amor, repito, é uma deficiência de *todas* as pessoas, sem exceção, nos termos em que existem hoje. (...) Não é possível mobilizar para o calor humano pais que são, eles próprios, produtos desta sociedade, cujas marcas ostentam. O apelo a dar mais calor humano às crianças é artificial e por isso acaba negando o próprio calor. Além disso, o amor não pode ser exigido em relações profissionalmente intermediadas, como entre professor e aluno, médico e paciente, advogado e cliente (ADORNO, 1995, p. 134-135).

Não se pode pretender que abrigos e instituições disciplinares ofereçam o "calor familiar" que a família não pode dar. Isso não significa que a criança e o adolescente devam ser mantidos em famílias que não só não lhes oferecem calor humano, mas que também violam seus direitos, ou que não haja situações limites que a escola, por si só, não possa resolver. O que se quer é chamar a atenção para o fato de que a proliferação de instituições estatais de

internação de crianças e adolescentes é uma declaração sumária e perigosa de que as famílias não têm condições de criar seus filhos e as escolas não têm condições de educar seus alunos. Trata-se de um pressuposto que vem justificando a colocação destas instituições em segundo plano e a criação de instituições públicas disciplinares em detrimento de programas consistentes e permanentes de reflexão que esclareçam pais e educadores a respeito dos mecanismos subjetivos que subjazem à barbárie e sua determinação pela poderosa máquina social que a produz e reproduz. Nas palavras do filósofo de Frankfurt, “o primeiro passo seria ajudar a frieza a adquirir consciência de si própria, das razões pelas quais foi gerada” (ADORNO, 1995, p. 136).⁶

A educação atual, também voltada à adaptação à realidade que dispensa o educando de pensá-la como objeto que determina a subjetividade adoecida, é fruto de uma sociedade que, cada vez mais, faz três coisas com a família e a escola como instituições tradicionais de formação: dispensa-as, transforma-as em instituições mais diretamente vinculadas às novas formas de opressão e de exploração necessárias à acumulação do capital ou as substitui por instituições disciplinares ligadas ao aparato repressivo. Nesse contexto, o aumento da frieza nas relações pessoais é inevitável. Nestas condições, educar para a realidade existente é, segundo Bleichmar (2008), formar psicopatas, indivíduos amorais, sem limites quando se trata de atingir propósitos geralmente não vinculados à autoconservação, mas à satisfação de seus desejos onipotentes de controle dos outros. Adorno vai na mesma direção quando afirma que a educação que naturaliza os interesses do Estado capitalista e a lógica do capital forma “aves de rapina” (Adorno, 1986).

O evento macabro que disparou as reflexões contidas neste texto foi um acontecimento analisador que desnudou a gravidade da pseudoformação que os psicólogos vêm recebendo em instituições de ensino superior cada vez mais orientadas pela lógica empresarial, fato que, via de regra, é evidente em instituições privadas de ensino superior que, muitas vezes, não passam

⁶ Na mesma direção de medidas polêmicas de proteção à criança e ao adolescente, vale lembrar da discussão em andamento sobre o “depoimento sem dano” de crianças como testemunhas de crimes, com o objetivo de não expô-las a experiências traumáticas. Há os que, para preservar a criança, não concordam com qualquer forma de depoimento, mas há casos em que a criança quer falar e, quando isso ocorre, ela deve ser ouvida. Esta tentativa de proteger a criança e o adolescente contém uma ambiguidade que é preciso assinalar: ao mesmo tempo que quer protegê-los, pode fortalecer a versão de que se está diante de seres imaturos e, portanto, incapazes de relatar os fatos. No entanto, pode ser importante ouvir a criança ou o adolescente e acreditar na versão apresentada, até que surjam provas em sentido contrário. Nessa direção, interpretar a partir de uma escuta filtrada pelo preconceito o que aqueles dois irmãos disseram, com base na experiência, sobre sua volta para casa e tomar esta interpretação como fundamento para decidir seu destino foi um ato de onipotência e prepotência que lhes subtraiu o direito de dizer e de credibilidade e encaminhou-os para o matadouro.

de empresas de venda de diplomas, o que não quer dizer que as melhores universidades do país estejam acima de qualquer suspeita de colaboração na produção de psicólogos que podem não passar de peças na engrenagem que produz e reproduz a violência e que somam com a prosa repulsiva do mundo atual. E isto é verdade quando sabemos do ingresso na graduação em Psicologia de universidades públicas e privadas de alunos nazifascistas que não hesitam em se valer de simbologia nazista e expressar, com frieza e cinismo assustadores, preconceito contra judeus, negros, pessoas com deficiência física e contra aquelas que são condenadas a morar em favelas.

Em uma época em que moradores de rua são exterminados, seja por acerto de contas no mundo das drogas, seja pela vontade de promover uma 'higiene social' alimentada pelo preconceito racial e social; em que a polícia não protege os que lhe pedem proteção; em que instituições de proteção e/ou de reeducação de crianças e jovens vitimizam os que estão sob sua guarda; em que pais corrompem autoridades para evitar que seus filhos respondam por violências cometidas; em uma época em que adultos jovens nazistas de classe média alta que divulgam símbolos nazistas são poupados por seus professores de responder judicialmente pelo crime cometido; em uma época em que o discurso educacional oficial se reduziu ao elogio do ensino técnico para a formação para o mercado de trabalho e do ensino a distância, é difícil não chamá-la de fascista, pois é patente que a vida dos outros não importa ou só importa como peça que move a máquina incansável da reprodução social. Em uma época assim, é difícil negar que as condições objetivas que geraram o fascismo persistem e que as instituições que deveriam combatê-lo não o fazem.

Como educadores, não podemos nos contentar com a organização de seminários que denunciam e analisam o preconceito e os crimes de lesa-humanidade. Embora sejam importantes, estas iniciativas não são suficientes. É preciso desencadear um esforço institucional de reflexão sobre a formação de psicólogos e os níveis de exigência de dedicação aos estudos que superem a apropriação dos cursos de graduação apenas como meio para conseguir um diploma. A permissividade crescente de um corpo docente assoberbado com imposições produtivistas acaba sendo conivente com pactos implícitos de mediocridade entre professores e alunos. Para tentar mudar este rumo, é urgente que todos os envolvidos na formação de psicólogos e na produção e reprodução da Psicologia como ciência e profissão tenham em mente que, sobretudo nas ciências humanas, os cientistas e os profissionais não são neutros pois, como lembra Hobsbawm,

Mesmo o mais apaixonado crente na imaculada pureza da ciência pura é consciente de que o pensamento da ciência pode, ao menos, ser in-

fluenciado por questões alheias ao campo específico de uma disciplina, ainda que só porque os cientistas, até mesmo o mais antimundano dos matemáticos, vivem em um mundo mais vasto do que o de suas especulações (HOBBSAWM, 1982, p. 302).

Mas não são neutros também porque, no meios em que se ensina a Psicologia, predomina a pseudoformação teórica e o fornecimento de receitas técnicas para a prática de diagnósticos e terapias. Com isso, os psicólogos podem estar sendo preparados para colaborar com a perpetuação da violência. Sua formação tecnicista, que dispensa a reflexão sobre os determinantes da ciência que praticam e do mundo que habitam e no qual se inserem como profissionais, dá-lhes a ilusão de que são assépticos, de que são objetivos e neutros, quando na verdade estão sendo moldados para a cegueira e a frieza que fazem parte da educação danificada que os prepara para uma atuação profissional que reproduz a vida danificada.

Por tudo isso, a melhor maneira de concluir este texto é adaptar uma afirmação adorniana contundente, como devem ser os gritos de alerta que se propõem a despertar todos os que se encontram em estado letárgico, inclusive os formadores de profissionais investidos de um poder imenso de causar danos graves às pessoas sob sua mira: qualquer debate sobre a formação de psicólogos carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz, como símbolo da barbárie instalada no coração da sociedade e dos homens, não se repita.

■ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. Zum Verhältnis von Soziologie und Psychologie. In: TIEDEMANN, R. (Org.) *Gesammelte Schriften*, v. 8. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1975. p. 42-85.

_____. Acerca de la relación entre Sociología y Psicología. In: JENSEN, H. (Org.) *Teoría crítica del sujeto*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1986. p. 36-83.

_____. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo. Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 119-138.

ADORNO, T. W. et. al. La personalidad autoritaria. Tradução de D. Cymbler e A. Cymler. Buenos Aires: Proyección, 1965.

BLEICHMAR, S. *Violência social — violência escolar: de la puesta de límites a la construcción de legalidades*. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2008.

CAMUS, A. *O estrangeiro*. Tradução de Valerie Rumjaneck. São Paulo: Circulo do Livro, 1957.

FREUD, S. *La moral sexual "cultural" y la nerviosidad moderna*. Buenos Aires: Obras Completas de Freud. Editorial Americana, 1943, p. 31-55.

FREUD, S. El malestar en la cultura. In: BRAUSTEIN, N. A. (Org.). *A medio siglo de El malestar en la cultura de Sigmund Freud*. Tradução de J. L. Etcheverry. México: Siglo Veintiuno, 1986. p. 22-116.

HOBBSAWM, E. *A era das revoluções. 1789-1848*. 4. ed. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HORKHEIMER, M; ADORNO T. W. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de G. A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

KAFKA, F. *O processo*. Tradução de Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LIMA, L. A. G. *A infância na psicanálise de Durval Marcondes*. Patologia e normalização no processo civilizatório. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARCUSE, H. *Eros e civilização —* Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MELLO, S. L. de. Classes populares, família e preconceito. In: *Psicologia USP*. São Paulo: USP, v. 3, n. 1 e 2, 1992, p. 123-130.